



Jayme Campos (E), Fernando Collor, presidente da CI, e Eliseu Resende, autor da proposta que foi aprovada pela comissão, com a participação de Francisco Dornelles, Gilvam Borges, Gim Argello e Gilberto Goellner

Segue para a Câmara projeto sobre eclusas

Comissão de Infraestrutura aprova em turno suplementar e caráter terminativo projeto com regras que facilitarão o transporte fluvial

A construção de eclusas – estruturas edificadas em trechos de rio com desnível de leito, para permitir a descida ou a subida de embarcações – deve ser regulamentada por lei, conforme proposta aprovada ontem, em turno suplementar e caráter terminativo, pela Comissão de Infraestrutura. O projeto,

que será encaminhado ao exame da Câmara dos Deputados, é apontado por especialistas como essencial para viabilizar a implantação de hidrovias e, assim, permitir uma alternativa menos onerosa para o transporte de mercadorias. A versão final da proposta foi debatida em várias audiências na comissão. **7**

Senado aprova US\$ 83 mi para o Saúde da Família

Os recursos do Banco Mundial, conforme projeto de resolução acolhido ontem pelo Plenário, serão destinados ao financiamento parcial do programa do governo que visa tratar a saúde das pessoas fora do ambiente hospitalar. **4**



CCJ pode decidir logo sobre mototáxi

O relator do projeto que regulamenta a atividade de mototaxista e de motoboy, Expedito Júnior, defende votação da matéria na próxima reunião. Senador diz que setor emprega mais de 2 milhões de pessoas no país. **2**

Motoboy, mototaxistas e representantes do setor de transportes lotam sala da Comissão de Justiça, durante audiência sobre a proposta

Projeto: até 30 anos de cadeia para pedófilos

Magno Malta anuncia apresentação de proposta que, entre outras medidas, prevê monitoramento eletrônico de pedófilos. **3**



À mesa com Papaléo Paes, Magno Malta (E) preside reunião de CPI

Alvaro pede informações a respeito de patrocínios

Alvaro Dias apresentou requerimento de informações sobre patrocínios promovidos por várias estatais. Esses patrocínios, de acordo com o senador, envolvem as áreas cultural, socioambiental e mercadológica, bem como edições e publicações. **5**

Woldeimit Barreto

Serys vai manter o critério racial em projeto de cotas

Relatora de proposta em exame na Comissão de Justiça diz que manterá cotas raciais para ingresso nas universidades públicas. **8**



Serys, ao lado de Sérgio Custódio, do Movimento dos Sem-Universidade

J. Freitas

José Cruz

Relator anuncia que buscará acordo com o governo para que proposta seja incluída na pauta da reunião do colegiado da próxima semana



Mototaxistas e motoboys, além de representantes de entidades do setor de transportes, lotam a sala da Comissão de Constituição e Justiça, durante audiência pública com a participação de especialistas

CCJ pode votar logo regulamentação de mototáxi

RESPONSÁVEL PELO EMPREGO de mais de 2 milhões de pessoas em todo o país, a atividade de motoboy e de mototaxista é uma realidade no Brasil e necessita de regulamentação, disse ontem Expedito Júnior (PR-RO) durante audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Relator da proposta na CCJ, o senador garantiu que já existe um consenso entre os parlamentares quanto à aprovação da matéria (PLS 203/01). Ele anunciou que buscará um acordo com o governo para que a

proposta seja colocada na pauta de votação da CCJ já na próxima semana. Antes, entretanto, disse que iria tentar convencer os senadores indecisos de que apenas as empresas de ônibus não querem a regulamentação.

No debate, que reuniu especialistas no setor, sindicalistas e representantes do governo, Romeu Tuma (PTB-SP) manifestou apoio à proposta, desde que os condutores e passageiros tenham todas as condições de segurança e que as empresas ofereçam um seguro de vida aos motoqueiros profissionais.

Por sua vez, Serys Slhessarenko (PT-MT) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) classificaram de "ponto pacífico" a aprovação do projeto, enquanto Jayme Campos (DEM-MT) sugeriu que, nas regras sobre a profissão, conste cláusula destinada a averiguar a vida pregressa dos condutores.

Já Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) observou que o ideal seria que cada município discipline a profissão, e Renato Casagrande (PSB-ES), um dos idealizadores da audiência pública, manteve suas dúvidas

com relação à pertinência da regulamentação da atividade dos mototaxistas.

Segurança

Representando o Ministério do Trabalho, Francisco Gomes dos Santos afirmou que o governo federal é favorável à regulamentação, desde que a categoria faça uso de elementos indispensáveis de segurança e qualificação profissional.

Eliomar Pereira, do Movimento Nacional Pró-Regulamentação da Atividade dos Motociclistas Profissionais, disse que o

setor de transporte de ônibus é o maior opositor à regulamentação da atividade. Ressaltou que essa resistência está ligada a questões financeiras, acrescentando que os empresários chegam a usar a "falsa imagem" de que a categoria é a maior causadora de acidentes.

No sentido de reduzir a ocorrência de acidentes, Gilberto Almeida dos Santos, representante do Sindicato de Motoboys de São Paulo, defendeu a criação de motovias nas grandes cidades do país, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Mantido prazo diferenciado para Fazenda e MP

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania manifestou-se ontem pela rejeição de projeto que elimina a contagem diferenciada de prazos em favor da Fazenda Pública e do Ministério Público. O Código de Processo Civil prevê o quádruplo do prazo para contestar e o dobro para recorrer (artigo 188).

Originária da Câmara dos Deputados, a proposta (PLC 61/03) será submetida ainda ao Plenário do Senado, para decisão final. A matéria foi apresentada à Câmara pelo então deputado José Roberto Batochio, que também já presidiu o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Ao justificar sua iniciativa, o deputado salientou não haver razão para o privilégio de prazo para a Fazenda Pública e o Ministério Público, pois todas as partes devem "arcar igualmente

te" com os ônus das disputas judiciais. Sua proposta, como disse, visava retirar do ordenamento jurídico "um resquício da ditadura", além de reduzir a morosidade da Justiça.

A CCJ, no entanto, seguiu o relator, senador Jayme Campos (DEM-MT), para quem a supressão do prazo diferenciado seria insignificante para erradicar a lentidão judiciária. A seu ver, a medida tornaria mais difícil a defesa de direitos da sociedade (coletivos, difusos e individuais homogêneos), "em razão do grande número de processos e das deficiências de recursos humanos e materiais enfrentados pelo Ministério Público e pela Fazenda".

Treinamento

Embora ainda aguarde exame da Comissão de Educação, a CCJ decidiu acolher ainda relatório

de Jayme Campos, apresentado na reunião por Neuto de Conto (PMDB-SC), pela prejudicialidade de projeto de lei da Câmara (PLC 76/05) que institui o Programa Especial de Treinamento (PET) em universidades públicas e particulares.

Num esforço para limpar a sua pauta, a Comissão de Justiça aprovou ainda pareceres pela prejudicialidade de 15 requerimentos de votos de congratulações, aplausos e pesar. O argumento é de que as matérias demoraram a ser examinadas, perdendo-se a oportunidade do envio das mensagens às pessoas e entidades visadas.

Só foi possível acolher um requerimento de Francisco Dornelles (PP-RJ), para congratulações à direção da revista *Veja*, pela passagem do quadragésimo aniversário da publicação, ocorrido no final de 2008.

Valter reclama ação do governo contra atos "criminosos" do MST

Valter Pereira (PMDB-MS) pediu mais atenção do governo para o problema da violência no campo. Ele comentou o fato de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) terem feito jornalistas e uma advogada reféns no Pará, e os terem usado como "escudos humanos" diante dos seguranças da fazenda invadida.

O senador lembrou que a luta dos camponeses por um pedaço de terra sempre foi reconhecida pela sociedade brasileira. Ressaltou, no entanto, que, quando essa luta abre espaço para

"ações criminosas", o poder público não pode aceitar.

– Transgressores contumazes perdem o medo porque a lei está perdendo vigor. Nosso ordenamento jurídico prevê medidas severas para quem atenta contra a liberdade e o patrimônio – observou.

Valter Pereira citou dispositivo do Código Civil que permite "ao possuidor turbado ou esbulhado" manter ou restituir a propriedade da terra, contanto que o faça logo. Salientou que ainda assim prevalece a leniência das autoridades em relação



Valter Pereira aponta leniência das autoridades diante do problema

às manifestações do MST.

O senador disse que as invasões se justificariam se o governo fosse contrário à reforma agrária. Acrescentou que o presidente Lula demonstra compromissos firmes com a distribuição da terra.

Nery cobra garantia de vida para o prefeito de Xinguara

José Nery (PSOL-PA) solicitou ontem, em discurso, à governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, a disponibilização de um efetivo de policiais militares para oferecer proteção à vida do prefeito do município paraense de Xinguara, Davi Passos.

O senador relatou ter recebido informações recentes de que Davi Passos estaria sendo ameaçado de morte devido a sua atuação em defesa dos direitos dos trabalhadores sem terra que entraram em conflito com seguranças da Fazenda Espírito Santo, no último sábado, naquele município.

– Para que não tenhamos mais uma vida ceifada nesse grave conflito agrário que se arrasta em nosso estado, peço providências imediatas à governadora Ana

Júlia. Sabemos que a Polícia Militar já está investigando esses fatos que estou denunciando, mas creio que é fundamental a disponibilização por parte da Secretaria de Segurança Pública do Pará de um efetivo que possa garantir a vida do prefeito, nesses dias em que o conflito está bastante acirrado, a fim de que não tenhamos que enterrar mais um lutador do povo – disse o parlamentar.

No mesmo pronunciamento, José Nery parabenizou a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará pela realização de uma operação de desarmamento na região do conflito com o objetivo de apreender armas de grosso calibre que estariam em poder dos seguranças da Fazenda Espírito Santo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão, às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamento de senadores. Entre os inscritos, estão Marisa Serrano (PSDB-MS) e Paulo Duque (PMDB-RJ).

Nery apoia Joaquim Barbosa; Valter defende Gilmar Mendes

José Nery (PSOL-PA) apoiou as declarações do ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal (STF), durante discussão com o ministro Gilmar Mendes, presidente da Casa, na quarta-feira. Para o senador, Joaquim Barbosa "teve a felicidade de dizer o que muitos brasileiros gostariam de ter dito".

Nery lembrou que Gilmar Mendes participou do governo federal em 2000, época "em que nosso país presenciou a mais selvagem privatização das estatais, processo recheado de indícios de irregularidades". Disse que "cada vez que estoura um escândalo envolvendo Daniel Dantas reaparecem os indícios do enriquecimento do banqueiro no período das privatizações". O senador observou que o presidente do STF mandou libertar Daniel Dantas por duas vezes durante a Operação Satiagraha, da Polícia Federal.

– O presidente do Supremo deveria salvaguardar a nossa Constituição e deixar de apoiar o que tem de mais retrógrado na política brasileira – opinou. Nery discordou do pedido de intervenção federal no Pará, por descumprimento de reintegração de posse de terras, feito pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Para ele, a intervenção só beneficiaria os grandes fazendeiros.

Preocupação

Em aparte, o senador Valter



José Nery também critica pedido de intervenção federal no Pará

Pereira (PMDB-MS) contestou Nery, sustentando que a conduta do ministro Gilmar Mendes tem sido irretocável como defensor das instituições do país. Para ele, é preocupante ver um ministro do STF recomendar que seu presidente vá à rua ouvir a opinião pública, pois quem tem de ouvir a população são os congressistas. "Eu suspeito muito daquele que se preocupa demais com as ruas e deixa de se preocupar com as instituições", manifestou Valter Pereira.

Papaléo Paes (PSDB-AP) lamentou que o Congresso Nacional e o Poder Judiciário venham sendo "achincalhados". Enquanto isso, continuou, ficam de lado ações terríveis, devastadoras com o dinheiro público, ações essas que o Executivo pratica. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PTB-SP) também manifestaram preocupação com o tom áspero adotado pelos dois ministros do Supremo Tribunal Federal.

Heráclito aponta "descaso" do governador do Piauí

Heráclito Fortes (DEM-PI) lamentou ontem a falta de planejamento e de projetos por parte do governador do Piauí, Wellington Dias, apesar do esforço da bancada federal para destinar recursos ao estado. Segundo Heráclito, o governador restringe-se a discursos e ao "descaso gritante" com obras como a Ferrovia Transnordestina.

O senador citou o caso do município de Santa Filomena, onde empresários estão se cotizando para a recuperação emergencial da estrada que vai até Gilbués, embora ela sempre apareça na propaganda do governo.

Heráclito também citou o Porto de Luiz Correia, com inauguração anunciada pelo gover-

nador para dezembro próximo, sendo que a obra nem sequer obteve licença ambiental. O mesmo, afirmou, acontece com a ampliação do aeroporto de Teresina e a construção do aeroporto de São Raimundo Nonato e das cinco hidrelétricas.

O parlamentar disse ainda que na quarta-feira, em reunião da CPI das ONGs, um dos depoentes revelou que a ONG Angra Amazônica recebeu R\$ 2,1 milhões do Ministério da Cultura para realizar um *réveillon* em Brasília, na Esplanada dos Ministérios. Para isso, deveria trazer os bois Caprichoso e Garantido, "mas deu o calote". Acrescentou que também foi descoberta a liberação de mais R\$ 2 milhões pelo Ministério do Esporte.

Magno Malta anuncia apresentação de projeto que, entre outras medidas, tira do condenado por pedofilia a possibilidade de obter a progressão do regime penal

CPI vai propor 30 anos de cadeia para pedófilo

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito da Pedofilia deve apresentar, em sua próxima reunião, projeto de lei tirando do condenado por pedofilia a possibilidade de obter a progressão do regime penal. O objetivo é evitar que o pedófilo seja posto em liberdade após alguns anos de detenção. Deverá constar da proposta a previsão de 30 anos de prisão para o abusador e o uso de rastreador eletrônico pelos presos por pedofilia.

A proposta foi antecipada pelo presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), em reunião administrativa ocorrida ontem. O parlamentar também anunciou que, a partir da aprovação da lei que criminaliza a posse de material pedófilo (Lei 11.829/08), a Polícia Federal vai realizar operações com base nas informações obtidas dos mais de 3 mil álbuns do Orkut, site de relacionamentos da empresa Google, cujos sigilos telemáticos foram transferidos à CPI. Também deve ser iniciada a análise de mais 18 mil álbuns cujos dados foram obtidos no

final do ano passado.

– Agora não é mais busca e apreensão. É mandado de prisão: o pedófilo agora também será preso nas operações – esclareceu.

Sigilos

Alguns requerimentos também foram aprovados, como o que pede a transferência dos sigilos telefônicos do ex-deputado estadual do Pará Luiz Sefer, acusado de abusar de uma criança e que renunciou ao mandato para evitar a abertura de processo de cassação. Ele está sendo investigado pela CPI do

Senado e ainda por uma CPI da Assembleia Legislativa do Pará. Outros requerimentos acatados, cujos conteúdos o senador não quis revelar, deverão dar suporte para operações a serem realizadas em Manaus.

Nos próximos dias, a CPI deve voltar a Catanduva (SP) para que as 62 crianças vítimas de abusos na cidade sejam ouvidas mais uma vez e façam novos reconhecimentos, desta vez protegidas e com a investigação sendo conduzida por novos delegados. Outros dois suspeitos, um médico e um usineiro, deverão prestar depoimento em Brasília.



Magno Malta (à esquerda, ao lado de Papaléo Paes) preside reunião da CPI

Magno Malta critica cartilha sobre drogas

Magno Malta (PR-ES) criticou ontem nova cartilha do Ministério da Saúde destinada a evitar doenças entre os usuários de drogas. Ele afirmou que a iniciativa do governo poderá, em vez de contribuir para a redução da disseminação de doenças entre usuários de drogas, levar a um aumento do consumo, sobretudo entre crianças e adolescentes que nunca tiveram contato com drogas.

Exibindo da tribuna a cartilha e apontando as ilustrações, Magno Malta disse que, para tratar da hepatite e de outras doenças, a cartilha mostra um casal tendo relação sexual, além de apresentar um rapaz fumando *crack* e uma seringa.

– Olha que imagem para um garoto que recebe isso na escola! Esse aqui acendendo a pedra, ensinando como cortar. Eles chamam isso de redução de danos? – perguntou o senador.

Malta comentou matéria do *Correio Brasileiro* sobre o desbaratamento de rede mundial especializada na troca de material pornográfico infantil pela internet. O Brasil seria o país com o maior número de internautas envolvidos.

Remuneração para conselheiro tutelar

Está em exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto que prevê remuneração para conselheiro tutelar da criança e do adolescente que exercer a função em regime de dedicação exclusiva. A proposta (PLS 97/09), de Raimundo Colombo (DEM-SC), também será analisada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Pelo projeto, o conselheiro tutelar também poderá contribuir para o Regime Geral da Previdência Social, fazendo jus a todos os direitos garantidos por esse regime. Além disso, a cada 12 meses, ele terá uma licença de 30 dias. A proposição altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e estabelece ainda que os recursos para o funcionamento do conselho tutelar estejam previstos na lei orçamentária municipal.

Colombo argumenta que muitos conselheiros têm suas atividades restritas devido à demanda por tempo integral não ser acompanhada de remuneração. "A licença de 30 dias serviria para suprir a ausência de direito a férias."

Virgílio faz apelo em favor de atingidos por enchentes no Amazonas



"As condições estão além de gravíssimas", adverte Virgílio

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), pediu ontem a instituição de uma rede de solidariedade para ajudar os desabrigados pelas cheias no Amazonas. Conforme o senador, os danos têm sido devastadores, maiores até que os das enchentes de 1953.

– É muito doloroso o que passa a minha gente. As condições estão além de gravíssimas. A sensação, nos lugares mais distantes, é de abandono, indiferença, como se o Brasil não

os estimasse.

Arthur Virgílio pediu que o país se mobilize, unindo o setor público, organizações não governamentais e a população, assim como foi feito recentemente em Santa Catarina. Mas também cobrou dos governos federal e estaduais mais prevenção e coordenação na área de defesa civil, de modo que todos os municípios brasileiros estejam preparados para intempéries.

O município de Barreirinha,

por exemplo, não tem nem barcos com os quais transportar cestas básicas, e está se valendo do apoio do município de Parintins, informou o senador.

Outra cobrança de Virgílio foi a efetivação da comissão externa do Senado por ele proposta para acompanhar o drama das cheias no estado.

Ele explicou que há dois tipos de municípios no Amazonas: aqueles cujas sedes são construídas bastante próximas à água, e estão inundadas, e

aqueles que, como o município de Tapauá, estão a 33 ou mais metros acima do nível do mar. Nesses, as sedes sofrem pouco com as enchentes, embora os efeitos inevitavelmente atinjam as zonas rurais.

As previsões iniciais para as consequências das cheias em Manaus falavam em 30 mil desabrigados. Hoje, já se prevêem mais de 50 mil pessoas. No interior, espera-se que igual contingente seja atingido, relatou o parlamentar.

Plenário acolhe autorização para o governo federal realizar empréstimo de US\$ 83,45 milhões junto ao Bird, com objetivo de consolidar programa

Aprovado crédito para expandir Saúde da Família

EM VOTAÇÃO SIMBÓLICA, o Plenário aprovou proposta que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo de até US\$ 83,45 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos serão destinados ao financiamento

parcial do Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (Proesf 2).

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), afirmou que a matéria – o Projeto de Resolução 15/09 – “é meritória” e anunciou que seu partido, “que não se opõe a acertos

ou a medidas que tenham boa possibilidade de acerto”, votaria a favor. O líder chamou a atenção para os “juros vantajosos” do empréstimo.

O relator da proposição, Inácio Arruda (PCdoB-CE), acatou emenda apresentada em Plenário por Valdir Raupp

(PMDB-RO). A matéria foi à promulgação.

Na mesma sessão, o Plenário acolheu requerimento do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) solicitando que o Projeto de Lei da Câmara 65/05 seja aprovado também pela Comissão de Educação, Cultura e

Esportes (CE). Assim, depois de examinada por esse colegiado, a proposta volta à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta estabelece que médicos e odontólogos explicitem em suas prescrições de medicamentos os princípios farmacologicamente ativos.

Suplicy defende bicameralidade no Brasil

O Senado precisa atuar no sentido de bem legislar e bem fiscalizar, para que possa demonstrar de maneira clara por que a existência da Casa se justifica, afirmou Eduardo Suplicy (PT-SP), ao contestar artigo do jurista Dalmo Dallari, em que este defende um sistema unicameral para o Brasil. Segundo o senador, é urgente que o Parlamento realize as reformas políticas e eleitorais para que o Senado possa desempenhar seu real papel de defesa dos interesses da população.

No artigo de Dallari, lido em Plenário por Suplicy, o jurista afirma que o sistema bicameral foi implantado no Império, tendo o imperador a prerrogativa de nomear senadores vitalícios. Na opinião do articulista, com a proclamação da República, a existência do Senado – a Casa revisora – deixou de ter sentido. Para Suplicy, se os senadores não estiverem atuando de maneira que efetivamente justifique a existência do Senado, cada vez mais aparecerão vozes defendendo a extinção da Casa.

O senador registrou seu apoio às medidas que estabelecem novas regras para o uso de passagens aéreas pelos parlamentares. Suplicy disse que a Casa deve atuar cada vez com maior transparência em seus atos administrativos, e “dar seu exemplo de como bem administrar a coisa pública”.

Pesar

O senador também registrou seu pesar e sentimentos à família do dentista Humberto Cerruti Filho, “que, com a maior seriedade, cuidou da profissão de odontólogo. Foi reconhecido no Brasil, nos Estados Unidos, na Europa e em tantos países onde participou de eventos científicos”.

Heráclito: novas regras para passagens já vigoram

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), afirmou que as novas regras para concessão de passagens aéreas aos senadores foram aprovadas e já estão em vigor, apesar de a medida estar sendo criticada por alguns parlamentares.

– Examinaremos e respeitamos as críticas, mas mesmo assim as regras estão valendo – disse.

De acordo com o projeto de resolução aprovado quarta-feira pelo Plenário, apenas senadores e seus assessores em serviço poderão usar as passagens aéreas pagas pelo



“Examinaremos e respeitamos as críticas, mas medidas estão em vigor”

Senado. Essas mudanças foram definidas em reunião da Comissão Diretora e de líderes

Fotos de Genivaldo Magalhães

partidários.

A respeito da decisão tomada pelo Senado de apurar denúncias de que pessoas da família do ex-diretor de Recursos Humanos da Casa José Carlos Zoghbi teriam usado em proveito próprio 42 passagens aéreas da Câmara dos Deputados, Heráclito afirmou que “a questão tem que ser examinada pela Câmara”.

– É lá que a apuração deve ocorrer. Se a Câmara confirmar alguma irregularidade, aí sim o Senado tomará providências. Se houve falha, não foi do Senado – ressaltou o parlamentar.

Papaléo: “Documentos provam inocência de Agaciel”

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) fez a defesa do ex-diretor-geral da Casa Agaciel da Silva Maia, que deixou o cargo em 4 de março, depois de 14 anos à frente do posto.

Segundo o parlamentar, documentos do Ministério da Fazenda e do Tribunal de Contas da União (TCU), além de uma declaração de renda, “provam que Agaciel é inocente da acusação de ter bens incompatíveis com sua renda e de ter sonegado informações ao fisco”.

Papaléo solicitou à Mesa diretora a publicação no *Diário do Senado* de uma declaração de Imposto de Renda (IR) apresentada pelo ex-diretor em 1997, com base no exercício fiscal de 1996. Dela consta a compra, por R\$ 180 mil, de uma casa com cinco dormitórios e três salas mais dependência de empregados e garagem, localizada num terreno de 1.087 metros quadrados na quadra QL 6 do Lago Sul.

Naquele ano, Agaciel declarou ter recebido do Senado renda de R\$ 167.104,92 e pago R\$ 31.189,86 de IR, com restituição de R\$ 1.846,13. Da declaração consta, ainda, a venda, por R\$ 418 mil, de uma casa na QL 8, também do Lago Sul. Ao todo, o então diretor declarou bens e direitos no valor de R\$



“Ex-diretor foi condenado de maneira cruel, sem defesa”, afirma Papaléo

553.358,42, que se somaram aos R\$ 100.387,44 de evolução patrimonial da mulher.

Outro documento apresentado pelo senador foi uma certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União. Conforme o documento, não constavam, na data de 22 de abril deste ano, pendências relacionadas aos impostos federais, com exceção de contribuições previdenciárias. Já a certidão negativa do TCU afirma que não constava registro “de tomada de contas especiais, prestação de contas ou tomada de contas julgadas irregulares”.

– Todos sabemos que Agaciel Maia foi condenado de uma maneira que chamo de cruel, sem defesa. Ele foi vítima de

disputa travada pela Presidência do Senado, em fevereiro – afirmou Papaléo.

Segundo o senador, “não é verdade que o ex-diretor teve seus bens declarados indisponíveis pela Justiça, o que teria justificado a não declaração do imóvel, conforme levantamento feito junto à Justiça Federal”.

Compatibilidade

O parlamentar assinalou que a imprensa já noticiou a existência de um parecer do TCU considerando o valor do imóvel compatível com a renda de Agaciel.

Ele ponderou no sentido de que se avalie a construção do patrimônio ao longo do tempo, e não no momento presente. O próprio senador disse ter adquirido uma casa no Amapá por pequeno valor, que aumentou de preço com instalação de benfeitorias públicas no local.

Papaléo afirmou que, depois de uma denúncia repercutir com grande efeito, é muito difícil recuperar a imagem do acusado.

– Não devemos ser oportunistas e nos aproveitar de manchetes contra esse ou aquele senador. Vamos resolver nossos problemas internamente – aconselhou.

Declaração de IR de autoridades na “malha fina”

As declarações de Imposto de Renda de chefes do Executivo e ministros de Estado, membros do Legislativo e do Judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal, poderão ser automaticamente incluídas na “malha fina” fiscal da Receita Federal.

Projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) com esse objetivo tramita na Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Também estarão sujeitas à medida prevista no projeto (PLS 99/09) servidores que ocupam cargos de confiança, ordenadores de despesas em todos os órgãos da administração pública, magistrados, membros do Ministério Público e dos tribunais de contas.

Cristovam afirma que esse

rigor na fiscalização visa coibir atos de improbidade administrativa e justifica-se pelo fato de essas pessoas realizarem funções de administração de bens pertencentes à coletividade.

Além disso, acrescenta o senador, elas “estão dotadas de poderes decisórios que, na ausência de controles, podem ser usados indevidamente”.



Rosalba pede providências para evitar problemas com enchentes no Nordeste

Rosalba quer pressa para compensação aos municípios

O fato de o governo federal ainda não ter apresentado ao Congresso o projeto de lei que destina R\$ 1 bilhão às prefeituras do país foi considerado “um absurdo” por Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Anunciada no último dia 13, a medida visa compensar a queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), provocada pela redução de impostos de produtos.

– Sabemos que isso é importante para reduzir preços e dar condições para que a indústria mantenha o nível de emprego, mas não se está pensando nas prefeituras. Algumas não têm como honrar o pagamento de pessoal – frisou.

A senadora lembrou que o projeto ainda terá de passar por votações na Câmara e no Senado. Também disse que, com o anúncio feito pelo governo, a população “cobra dos prefeitos, pensando que o dinheiro chegou”.

Rosalba defendeu ainda a suspensão, por 120 dias, da cobrança das dívidas das prefeituras com a Previdência Social. Segundo ela, isso representaria “o oxigênio de que os municípios precisam para se reorganizar”.

Enchentes

Outro assunto discutido pela senadora foram as possíveis enchentes que podem ocorrer, nesta época do ano, no Nordeste – e, especialmente, no Rio Grande do Norte. Para Rosalba, é necessário tomar providências imediatamente a fim de evitar problemas que já ocorreram no passado.

– Em 2008, as enchentes atingiram violentamente o Vale do Açu e o Vale do Apodi, na região de Mossoró [RN]. Os produtores perderam muito. O desemprego que hoje existe começou exatamente na fruticultura, quando da enchente no ano passado.



César Borges teme o fechamento de grandes empresas na região Nordeste

César Borges pede renovação de contrato com Chesf

O Nordeste corre risco de assistir ao fechamento de diversas unidades produtivas de empresas eletrointensivas, como são chamados os grandes consumidores de energia elétrica. O alerta foi feito pelo senador César Borges (PR-BA), que pediu a intercessão do governo junto à Chesf no sentido de prorrogar os contratos com essas empresas.

Os contratos, que se encerram em 2010, disse, permitem que companhias comprem da Chesf energia a preços competitivos. Segundo o senador, as empresas foram atraídas para o Nordeste justamente pela disponibilidade de energia. A Lei 10.848/04 previa que a médio prazo esses consumidores poderiam migrar para o mercado livre de energia.

César Borges explicou que o dispositivo legal teve por base as expectativas de que o novo modelo de energia elétrica vigente a partir de 2003 criaria condições para a expansão da geração no Nordeste. Levaria ainda ao adensamento da malha de sistemas de transmissão de interconexão do Nordeste com as regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. O resultado seria um cenário de oferta competitiva de energia na região.

– Por isso a definição de contratos para um período de transição até 2010. Infelizmente as expectativas de mudanças no mercado de energia elétrica não se concretizaram. A ampliação da oferta regional a preços competitivos não se desenvolveu e nem ocorreu a integração dos submercados – afirmou.

Exportações

O resultado, disse César Borges, é que a Chesf permanece como a única ofertante de energia elétrica e as empresas dependem de um grande volume de energia. São companhias do ramo de alumínio, siderurgia, petroquímica, química fina e processamento de diversos minerais.

– As empresas possuem um peso significativo para a economia da região Nordeste, especialmente para a Bahia.

De acordo com César Borges, o setor contribui com mais de 7% do produto interno bruto nordestino. Responde por 25% das exportações de toda a região e paga R\$ 2,4 bilhões anuais em impostos, o que significa mais de um quarto de tudo o que a indústria nordestina arrecada. Essas empresas geram 9 mil empregos diretos e 35 mil indiretos.

Senador solicita informações detalhadas sobre recursos repassados pela Petrobras, Banco do Brasil, BNDES e Caixa, entre outras empresas, para projetos culturais e técnicos

Alvaro quer conhecer gastos de estatais com patrocínios

O SENADOR ALVARO Dias (PS-DB-PR) apresentou requerimento de informações sobre patrocínios promovidos por várias estatais. Em comunicação de liderança, ele informou ainda que já elencou fatos determinados para pedir uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre a Petrobras.

O parlamentar solicitou que o Tribunal de Contas da União (TCU) detalhe os recursos repassados pelo Banco do Brasil, assim como de suas empresas controladas e coligadas, sob a forma de patrocínio cultural, socioambiental e mercadológico, de 2000 a 2008. Pediu também as prestações de contas de cada projeto.

O senador quer ainda informações sobre os recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) utilizados em patrocínio de



Alvaro Dias defende a criação de uma CPI para investigar a Petrobras

publicações e eventos técnicos e culturais.

Da mesma forma, pediu informações sobre os recursos repassados, sob a forma de patrocínio, pela Caixa Econômica Federal, Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Empresa de Correios e Telégrafos, Furnas Centrais Elétricas e Petrobras.

Foto: de Gerardo Magliolo

Alvaro Dias afirmou que apresentará os fatos que justificam uma CPI sobre a Petrobras, primeiramente, à bancada do PSDB. Se tiver apoio de seus pares, partirá para a coleta de assinaturas em favor da investigação. Segundo o senador, a CPI já pode começar requerendo à Polícia Federal cópia dos inquéritos que resultaram das investigações sobre *royalties* e da Operação Águas Profundas. Também citou as denúncias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* a respeito de repasse de recursos na Bahia e Maranhão.

Ao encerrar seu pronunciamento, Alvaro Dias declarou que “o Congresso Nacional tem o dever de adotar uma agenda positiva, para dar a volta por cima em relação às denúncias que lamentavelmente explodiram com muita intensidade na mídia nacional”.

Comissão vai ouvir Anac sobre liberação de preço de passagens

Foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) requerimento do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) para ouvir a presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Solange Vieira, sobre a liberação dos preços de passagens aéreas em viagens internacionais.

Em Plenário, o senador disse que Solange Vieira deverá informar que medidas serão tomadas pela Anac, ou outro órgão da administração pública, caso fique comprovada a prática de *dumping* pelas empresas estrangeiras que operam no país. *Dumping* é a prática que visa prejudicar ou mesmo eliminar concorrentes locais, podendo chegar ao domínio de mercado e à imposição de preços altos

no futuro, pela falta de concorrência.

Francisco Dornelles lembrou que medidas contra práticas desleais de comércio são aplicadas somente no caso de mercadorias, de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Dessa forma, um país que tenha o seu setor de serviços ameaçado por ação desleal de comércio não pode recorrer às medidas *antidumping*, que só se aplicam no caso de importação de mercadoria.

– Cabe, pois, ao governo brasileiro estabelecer regras que, ainda de forma indireta, defendam as empresas brasileiras de aviação da concorrência desleal e das práticas comerciais predatórias – afirmou Dornelles.



Dornelles é autor do requerimento para ouvir Solange Vieira, aprovado pela CI

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que a redução no preço das passagens pode desarticular o sistema e fragilizar a economia nacional.

– O Brasil não pode agir no imediato, no curto prazo. Há momentos em que é preciso pagar mais hoje para termos amanhã um país mais eficiente – declarou Cristovam.

Governo garante Rodovia do Parque, diz Zambiasi

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) informou ao Plenário que a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, autorizou a publicação de edital do governo federal para a construção da chamada Rodovia do Parque (BR-448), de 22 quilômetros. A obra ligará a capital gaúcha ao Vale do Rio dos Sinos e vai desafogar o trânsito na BR-116.

Segundo o senador, a ministra garantiu a construção da rodovia ao falar – ao lado de outros ministros, em Porto Alegre – das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que beneficiarão o estado do Rio Grande do Sul.

Na ocasião, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, também garantiu que o governo federal vai iniciar, até 2010, a construção de uma segunda ponte sobre o rio Guaíba, de acordo com Sérgio



Zambiasi anuncia que será construída a segunda ponte sobre o rio Guaíba

Zambiasi. Ele explicou que a atual ponte, de 50 anos, já não comporta o tráfego entre Porto Alegre, o porto de Rio Grande e as fronteiras com o Uruguai e a Argentina.

Zambiasi disse ainda que, como resultado da mobilização dos deputados federais e dos senadores do estado, o governo

federal decidiu aumentar de R\$ 20 bilhões para mais de R\$ 30 bilhões o valor das obras que o PAC irá bancar no Rio Grande do Sul.

Constam da programação, entre outras obras, a ampliação das linhas de trens urbanos até Novo Hamburgo, a duplicação da BR-290 de Porto Alegre até Pantano Grande – trecho de grande tráfego – e a construção da Rodovia do Parque.

No mesmo discurso, o senador gaúcho informou que o ministro da Justiça, Tarso Genro – que concedeu entrevista ao lado da ministra da Casa Civil – deu garantias de que o Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci) não será afetado pela redução do orçamento da pasta. O Pronasci articula programas de segurança pública com políticas sociais já desenvolvidas pelo governo federal.



Senador afirma que código de Santa Catarina não contraria a Constituição

Neuto de Conto contesta ministro do Meio Ambiente

Neuto de Conto (PMDB-SC) contestou, em discurso, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que ameaçou enviar as Forças Armadas ao estado de Santa Catarina para garantir o cumprimento da legislação ambiental federal, por discordar do Código Ambiental aprovado pela assembleia legislativa. O senador assinalou que o estado equivale a apenas 1,3% do território nacional, sendo que 41% do seu solo é coberto por florestas de estágio médio ou avançado e 7% são reflorestamento.

O parlamentar disse que o Código Ambiental de Santa Catarina não é um ato da vontade pessoal do governador, mas produto de amplo debate com a sociedade e da aprovação da assembleia legislativa.

Segundo Neuto de Conto, a aprovação do código teria feito com que setores do governo federal se manifestassem contra, alegando que estaria em desacordo com a legislação federal. O senador lembrou que a Constituição (artigo 24) autoriza os estados a legislar concorrentemente sobre produção e consumo, floresta, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo, dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

– O código nacional (Lei 4.771), em seu artigo 14, diz que, “além dos preceitos gerais a que está sujeita a utilização das florestas, o poder público federal ou estadual poderá prescrever outras normas que atendam às peculiaridades locais”. O código catarinense está protegido pela lei nacional e pela própria Constituição.

Produção

Neuto de Conto ressaltou que Santa Catarina é o quinto maior produtor nacional de alimentos, o sexto maior arrecadador de impostos, exporta para 186 países e tem na sua estrutura base 213 mil propriedades, das quais 186 mil são pequenas propriedades rurais de agricultura familiar. “As pastagens e os campos nativos ocupam 31% do nosso solo e usamos somente 16% para produzir cereais e frutas”, frisou.

O senador disse que, nos últimos 20 anos, o governo estadual investiu US\$ 100 milhões no projeto de microbacias. Salientou que, hoje, o estado conta com 936 microbacias voltadas para o projeto de recuperação ambiental e de apoio à pesquisa da propriedade rural.

Indicado para embaixada em Jacarta afirma que dificilmente a situação de dois brasileiros condenados à morte por tráfico de drogas será resolvida antes do fim do ano



Innocencio (E), ao lado de Simon e Flexa Ribeiro, é sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Comissão aprova indicação para embaixada na Indonésia

A SITUAÇÃO DOS dois brasileiros condenados à morte na Indonésia por tráfico de drogas – Marco Archer e Rodrigo Gularte – dificilmente será resolvida antes das eleições gerais que ocorrerão até o fim do ano naquele país. A previsão foi feita pelo ministro de segunda classe Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior, cuja indicação para a embaixada na Indonésia recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e agora vai ao exame do Plenário.

O governo brasileiro tem procurado evitar, segundo o diplomata, que o episódio pre-

judique as boas relações entre os dois países. Ele reconheceu, no entanto, que a condenação tem provocado impacto na opinião pública de cada país. Na Indonésia, como informou aos senadores, existe um “clamor popular” a favor da pena máxima aplicada a casos de tráfico de drogas. E a repercussão do episódio no Brasil já levou o presidente Lula a apresentar um pedido de clemência em favor de um dos brasileiros.

Lula visitou a Indonésia em julho de 2008, quando assinou com seu colega indonésio Susilo Yudhoyono diversos acordos, entre os quais um referente à

cooperação na produção de etanol. Em novembro, foi a vez de Yudhoyono visitar Brasília, para assinar, entre outros documentos, uma declaração de parceria estratégica. As duas visitas no mesmo ano indicam o “excelente nível” das relações bilaterais, segundo o embaixador.

Innocencio salientou as afinidades entre os dois países. Cita o fortalecimento do regime democrático, a grande biodiversidade das suas florestas, a população multiétnica e a liderança que Brasil e Indonésia exercem, respectivamente, no Mercosul e na Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean).

Solução de controvérsias entre blocos econômicos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem o Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e a Comunidade Andina. O protocolo, que ainda será votado pelo Plenário, estabelece um regime de solução de controvérsias que venham a ocorrer na implementação do acordo firmado entre os dois blocos.

Em seu voto favorável, o relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), lembrou que o Mercosul e a Comunidade Andina possuem, em conjunto, população superior a 350 milhões de pessoas e produto interno bruto (PIB) equivalente a US\$ 1 trilhão.

A CRE acolheu ainda seis outros projetos de decreto legislativo que aprovam acordos internacionais: na área de defesa, com a Guatemala; cooperação técnica com a Síria; na área de biocombustíveis, com Moçambique; nos campos de saúde e medicamento, com Israel; Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Países da CPLP – ambas firmadas em 2005.

Obama pode receber homenagem do Senado



Suplicy elogia forma como Obama conduz governo

Dois votos de congratulações ao presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, foram aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores, que deve sugerir ao presidente do Senado, José Sarney, uma sessão em homenagem a ele,

durante sua visita ao Brasil. Eduardo Suplicy, autor de um dos requerimentos, elogiou a forma com que Obama vem conduzindo o governo, em especial sua busca de bom relacionamento com todos os chefes de Estado da América Latina.

Ao falar sobre o outro requerimento de congratulações, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que, passados alguns meses da eleição do novo presidente norte-americano, está ainda mais seguro do acerto da homenagem que propôs.

Arruda relata participação em congresso na Colômbia

Inácio Arruda (PCdoB-CE) fez ontem, em Plenário, um relato de sua participação no 2º Congresso do Polo Democrático Alternativo, promovido por uma ampla frente partidária da esquerda colombiana, em Bogotá. O congresso, ocorrido entre 26 e 28 de fevereiro, reuniu cerca de 1.500 participantes.

O senador disse que a situação política na Colômbia é delicada, pois há 50 anos o país vem enfrentando uma “verdadeira guerra civil” envolvendo o governo, grupos guerrilheiros – como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) –, traficantes de armas e drogas, organizações mafiosas e grupos paramilitares.

– Não há nação mais compro-



Paz na Colômbia ajuda toda a América do Sul, afirma Inácio Arruda

metida com o processo de paz colombiano do que o Brasil – declarou o senador.

Arruda acrescentou ainda que o Brasil sabe que sua contribuição para a paz na Colômbia ajuda toda a América do Sul.

Suplicy lê parecer de jurista a favor de refúgio a Battisti

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu quarta-feira, em Plenário, parecer do professor José Affonso da Silva sobre o refúgio concedido ao italiano Cesare Battisti pelo ministro da Justiça, Tarso Genro. O documento foi elaborado sob encomenda da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

No parecer, o professor rememora as acusações contra Battisti, condenado por quatro homicídios na Itália. Segundo o documento, a de-

cisão do ministro tem amparo legal tanto no direito interno como no internacional.

Segundo José Affonso da Silva, a decisão mostra que mecanismos de exceção operaram na Itália e que “houve desvios e abusos” no julgamento de Battisti naquele país. Enfatiza ainda que ele não chegou a ser ouvido em seu processo e foi julgado à revelia, uma vez que estava exilado na França, mas tinha endereço certo e sabido.

Gilvam Borges celebra os 79 anos de José Sarney

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) saudou o presidente do Senado, José Sarney, pela passagem de seu aniversário de 79 anos, comemorados hoje.

Gilvam destacou realizações do período em que Sarney ocupou a Presidência da República (1985-1990), bem como a sua atuação em prol da redemocratização do país, a partir da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que resultou na Constituição de 1988.

O senador citou a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Ministério da Cultura. Foi também no governo Sarney, disse, a criação da primeira delegacia da mulher, do seguro-desemprego



Gilvam lembra as realizações de Sarney na Presidência da República

e do vale-refeição.

– Não sou apenas seu correligionário, mas amigo – afirmou Gilvam, apartado pelos senadores Papaléo Paes (PSDB-AP), Alvaro Dias (PSDB-PR) e César Borges (PR-BA).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Raupp defende liberação das obras na BR-319

“É um excesso de zelo manter para as rodovias já existentes as mesmas regras de licenciamento ambiental previstas para novas estradas”. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) quer que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, cumpra essa declaração que deu à Agência Estado, no dia 9 de abril, e determine a liberação das obras da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.

Segundo Valdir Raupp, diferentemente do que vem sendo alegado, a estrada já foi implantada e apenas está sendo restaurada. O senador afirmou que, há 20 anos, ele foi e voltou de Porto Velho a Manaus pela estrada, que hoje está intransitável. A discussão sobre a estrada já ter sido implantada deve-se ao texto da medida provisória (MP 452/09) que dispensa de licenciamento ambiental prévio as obras de pavimentação, melhoramentos, adequação e ampliação de capacidade a serem executadas nas rodovias federais.

O ministro Carlos Minc referia-se a essa medida provisória ao afirmar, na entrevista à Agência Estado: “Uma coisa é uma rodovia nova, que tem que abrir área com vegetação, outra é uma rodovia que já existe. Nesse caso, vamos adotar um procedimento muito mais simplificado”, disse Minc, cuja declaração foi lida por Valdir Raupp.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) observou que o governo federal já decidiu realizar as obras da BR-319, em um acordo que teria envolvido os governadores do Amazonas e de Rondônia. Porém, ele defendeu o direito de os órgãos ligados ao meio ambiente requererem as informações que julguem necessárias. “A decisão do governo de concluir a obra é para se tocar, mas as exigências ambientais devem ser postas e atendidas”, opinou o senador pelo Amazonas.



Segundo Valdir Raupp, a estrada está sendo apenas restaurada

Caberá à Agência Nacional de Águas determinar as hidrovias em que as obras serão realizadas. O Dnit poderá realizar convênios para delegar a outros órgãos e à iniciativa privada a construção e o gerenciamento de eclusas



Fernando Collor (D) preside a CI, que ontem realizou reunião secreta para examinar nomes indicados para agências

Projeto sobre implantação de eclusas vai para a Câmara

FOI APROVADA ONTEM pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) a proposta que trata da construção e operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias. A decisão, em turno suplementar, foi terminativa.

Eclusa é uma obra de engenharia hidráulica para permitir que barcos subam e desçam rios ou mares em locais onde há desníveis, como barragens, quedas de água ou corredeiras. Segundo o projeto, que segue agora para a Câmara, as eclusas devem ser construídas ao mesmo tempo da instalação de barragem no local.

O substitutivo de Delcídio Amaral (PT-MS), apresentado a

projeto (PLS 209/07) do senador Eliseu Resende (DEM-MG), foi discutido durante dois anos com especialistas em transportes e energia, antes de chegar a uma versão final.

Na votação do projeto em primeiro turno, semana passada, Eliseu Resende observou que o substitutivo atende tanto às necessidades e especificidades do setor de energia elétrica quanto da área de navegação. Teve o cuidado também de proteger o bolso do consumidor, pelos custos do sistema, conforme explicou o parlamentar, que foi ministro de Minas e Energia e dos Transportes.

– Não é possível que as eclusas sejam construídas onerando o

consumidor. É impossível que o construtor de usinas hidrelétricas pague os custos da navegação. Quem tem que pagar os custos da navegação são os usuários da navegação e quem tem que pagar os custos da energia elétrica são os usuários da energia elétrica – disse Eliseu Resende, durante a discussão da proposta.

Por sua vez, Delcídio Amaral afirmou que o projeto é claro e constitui-se “num grande avanço, que poderá ainda sofrer mudanças e aperfeiçoamentos na Câmara dos Deputados”.

Na votação em turno suplementar, o texto teve como relator *ad hoc* o senador Jayme Campos (DEM-MT).

Obras e gerenciamento ficarão a cargo do Dnit

A construção e o gerenciamento de eclusas ficarão sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que poderá, por meio de licitação, assinar convênios de delegação ou cooperação com outros órgãos e com a iniciativa privada. A determinação consta do projeto (PLS 209/07) aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O substitutivo, segundo o relator, Delcídio Amaral, foi construído ao longo dos últimos dois anos, a partir de várias reuniões com especialistas dos ministérios de Minas e Energia e dos Transportes e de agências reguladoras.

– Tivemos que fazer modificações nas atribuições da Antac [Agência Nacional de Transportes Aquaviários], do Dnit e da ANA [Agência Nacional de Águas] para chegarmos a uma proposta fechada e consensual.

À ANA caberá, por exemplo, determinar as hidrovias de domínio da União em que serão construídas eclusas.

Delcídio explica que o projeto compatibiliza os múltiplos usos dos recursos hídricos, permitindo tanto a utilização dos rios para a produção de energia hidrelétrica quanto para o transporte hidroviário.

– A energia elétrica é uma alternativa barata e isenta de emissão de gases do efeito estufa, e o transporte hidroviário é uma alternativa que apresenta um dos menores custos.

O senador Jayme Campos avalia que o projeto é importante sobretudo para o escoamento da produção agrícola.

– O meio de transporte fluvial demonstra-se mais econômico que o modal rodoviário ou ferroviário, o que pode tornar nosso país muito mais competitivo – afirmou.

Empresas vão pagar com terra dívida junto ao INSS

Uma área particular de 33.638,3878 hectares, localizada no município de Tailândia (PA), será doada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a criação da Floresta Nacional Acará-Mirim. A transferência será feita para pagamento de dívidas previdenciárias das empresas Auto Viação Nossa Senhora do Carmo Ltda, Reunidas S.A. Transportes Coletivos e Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A.

A operação foi autorizada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto do Executivo (PLC 50/06).

A dívida junto ao INSS corresponde a R\$ 21.432.612,53. Já o valor do imóvel, segundo avaliação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), é de R\$ 20.830.336,05.

Pesquisa

Com base na proposta, se o valor de avaliação do imóvel for menor que o montante da dívida previdenciária, o crédito do INSS permanecerá. Se a avaliação do bem exceder o valor do débito, os proprietários deverão renunciar ao excesso em prol da União, como condição para a liquidação de seus débitos previdenciários.

Em seu parecer, Pedro Simon afirma que a transação atende ao interesse público, pois a floresta é formada por espécies predominantemente nativas e será destinada ao uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e à pesquisa científica. A matéria será ainda apreciada pelo Plenário do Senado.

Comissão vota indicações para agências no dia 7

A Comissão de Serviços de Infraestrutura concluiu ontem, em sessão secreta, o exame dos currículos de Ivo Borges de Lima, indicado ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e de João Batista de Rezende, para compor o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Os dois serão sabatinados em 7 de maio, quando serão votadas as indicações.

Os relatores ofereceram parecer pela aprovação aos nomes encaminhados pela Presidência da República. O relatório de Delcídio Amaral (PT-MS), lido por Marconi Perillo (PSDB-GO), ressaltou que a formação acadêmica e a experiência profissional de Ivo Borges de Lima são compatíveis com o cargo de diretor da ANTT. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que relatou a indicação de João Rezende, evidenciou a “aptidão técnica e moral” dele para a Anatel.

O indicado para a direção da ANTT é graduado em Serviço Social e pós-graduado em Comunicação Social. Ivo Borges de Lima atuou em diversos conselhos e órgãos colegiados, tendo sido presidente do Conselho de Administração da Companhia Telefônica de São Paulo (Telesp) e membro do Conselho de Administração da Companhia Telefônica do estado de Pernambuco.

João Batista de Rezende foi secretário de Fazenda de Londrina (PR), diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Londrina e diretor-financeiro da Companhia de Habitação daquele município.

O presidente do colegiado, Fernando Collor (PTB-AL), pediu ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, mais agilidade nas indicações para os cargos de direção nas agências reguladoras. Os senadores observaram que, algumas vezes, os cargos ficam vagos pela demora na indicação.

Minerais

Dois projetos que aumentam o percentual da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) foram rejeitados. Um deles (PLS 104/03) elevava de 3% para 10% o percentual. Já o PLS 105/03 aumentava a CFEM para 7,5%.

Ao justificar em seu parecer a rejeição das propostas, Marconi disse que a crise econômica fez com que todos os projetos de mineração fossem paralisados. A aprovação poderia agravar ainda mais as dificuldades por que passam o setor, frisou.

– A mineração é atividade econômica de elevado risco, intensiva em capital e que requer longo período de maturação. Por essa razão, qualquer iniciativa que eleve custos deve ser analisada com muito cuidado – argumentou Marconi.

Filho de político deve estudar em escola pública?

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a realização de debates em torno de proposta de sua autoria que obriga os agentes públicos eleitos a matricularem seus filhos e dependentes em escolas públicas a partir de 2014.

O relator da matéria (PLS 480/07) é Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que apresentou requerimento para a realização de audiência pública sobre a proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o projeto tramita atualmente. A proposição será analisada em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Em seu discurso, Cristovam Buarque disse que a abolição da escravatura somente estará concluída a partir da aprovação do projeto. O senador apontou a "falta de sentido" no fato de haver escolas diferentes para os filhos dos agentes públicos eleitos e para os filhos dos eleitores. Ele lamentou que o projeto tenha sido considerado demagógico em matéria produzida pela TV Record exibida recentemente apenas em Brasília. Para Cristovam Buarque, a proposta deve ser discutida com seriedade.

– Aqueles que se submeterem à eleição para representar o povo, que tenham seus filhos na escola do povo – disse o senador.

Cristovam reconheceu que o projeto não deve ser aprovado sem discussão e que é preciso analisar as consequências da sua aprovação. Observou, no entanto, que a proposta merece mais respeito e deve ser tratada com a mesma seriedade que a ideia da abolição da escravatura, que "era absurda à época".

– Tenhamos coragem, mas não digam que é demagogia. Outros países já fizeram isso – observou.



Cristovam Buarque lembra que "outros países já fizeram isso"

Relatora discorda da ideia de reservar vagas em universidades apenas para alunos carentes e afirma que projeto em exame na Comissão de Justiça não legitima racismo



Paulo Paim, Sérgio José Custódio e Serys Slhessarenko em reunião que discutiu projeto sobre cotas nas universidades públicas

Serys manterá critério racial em proposta sobre cotas

SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) reuniu-se ontem com representantes de centrais sindicais, comunidades indígenas, afrodescendentes e mulheres para debater a política de cotas raciais e sociais nas universidades públicas.

A senadora é relatora do projeto, em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que determina a adoção do sistema de cotas – com reserva de 50% de vagas –, por um prazo de dez anos, para afrodescendentes, indígenas e alunos vindos de escolas públicas (PLC 180).

Embora haja sugestões no sentido de manter no projeto apenas as chamadas cotas sociais, ou seja, para alunos de escolas públicas e de famílias carentes, Serys afirmou que não vai retirar as cotas raciais.

A senadora disse que, até agora, "houve apenas boatos" sobre a apresentação de um texto alternativo, mas sugeriu que as entidades interessadas na aprovação do seu relatório estejam preparadas para a luta, caso isso aconteça de fato.

– A batalha é difícil porque é uma situação que mexe em nossas raízes e com os nossos preconceitos – opinou.

Serys assinalou que, embora três projetos tenham sido pensados ao PLC 180, este ainda lhe

parece a melhor solução para a questão das cotas. Ela também mencionou a resistência que o projeto vem encontrando por parte de alguns senadores, lembrando que um dos argumentos contrários a sua aprovação é o de que o projeto estaria legitimando o racismo no Brasil. Na avaliação da senadora, "o contrário, sim, legitima o racismo".

Pressão

Paulo Paim (PT-RS) pediu aos representantes de todas as entidades presentes ontem que também compareçam à reunião da CCJ da próxima quarta-feira para "exercer pressão pela aprovação da proposta".

Eduardo Suplicy (PT-SP) recordou que nas audiências públicas realizadas sobre o projeto "pessoas qualificadas, com pontos de vista diferentes, expuseram outras possibilidades para o sistema de cotas, de modo a contemplar a defasagem educacional de negros e indígenas". Ele disse que ainda irá refletir sobre o assunto antes de adotar uma posição.

Os representantes das entidades presentes à reunião decidiram criar um comitê pela aprovação do projeto. O representante do Movimento dos Sem-Universidade (MSU), Sérgio José Custódio, criticou a postu-

ra de senadores que, segundo ele, estariam promovendo um "branqueamento" da proposta tentando barrar a cota racial.

Avaliação

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, destacou duas qualidades do projeto que, segundo ele, têm sido relegadas na discussão: a criação de um sistema nacional de cotas e o prazo de dez anos de duração. Isso irá possibilitar, ressaltou, que a sociedade avalie o mérito do sistema nesse período.

Já a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Lúcia Stumpf, lembrou que apenas 2% dos estudantes negros e indígenas entre 18 e 24 anos têm acesso à universidade pública.

Também participaram da reunião representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), da Marcha Mundial de Mulheres, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do curso pré-vestibular Educafro e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Senadores participam da preparação para o Conar

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Flávio Arns (PT-PR), e a senadora Fátima Cleide (PT-RO) participaram ontem, no Ministério da Educação, do lançamento do plano para a realização da Conferência Nacional de Educação (Conae), que acontecerá de 23 a 27 de abril de 2010.

Arns disse que essa conferência terá como tema "Construindo um sistema nacional articulado de educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação", e envolverá desde o ensino infantil até a pós-graduação. As conferências anteriores, observou, foram sobre temas específicos.

– Agora vamos reunir todas as modalidades e níveis de



Arns e Fátima Cleide: conferência abrangerá todas as modalidades de educação

educação das escolas públicas e privadas – destacou Fátima Cleide, que participa do grupo de organização da Conae como representante titular da CE, tendo Cristovam Buarque (PDT-DF) como suplente.

A comissão também participa-



rá dos debates que antecederão esse evento, anunciou Arns em discurso no Plenário.

– A CE vai se envolver de maneira direta, realizando, por exemplo, audiências públicas que serão divulgadas pelos meios de comunicação da Casa.

Paim defende criação de cota em universidade

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação do projeto, de autoria da deputada Nice Lobão, que direciona 50% das vagas das universidades federais e escolas técnicas para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. A proposta (PLC 180/08) determina que metade dessa cota seja reservada para alunos oriundos de famílias com renda de até 1,5 salário mínimo *per capita*.

O projeto também estabelece que as vagas previstas no sistema de cotas sejam preenchidas por estudantes negros, pardos e indígenas, na proporção de cada segmento na população do estado onde está localizada a instituição de ensino. Paim afirmou que se trata de uma reprodução dos mecanismos já usados pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) para as faculdades particulares.

– Se o ProUni serve para as escolas particulares e ninguém questiona, por que o [PLC] 180, que é uma reprodução do Prouni, não pode servir para as federais?

O PLC 180/08 está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde é relatado por Serys Slhessarenko (PT-MT).

ZPE

Paim também registrou o recebimento de comunicado da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha em apoio à instalação de uma zona de processamento de exportação no Vale do Rio dos Sinos (RS).

O parlamentar comunicou ainda que o jornal *Zero Hora* publicou o artigo "Um fundo para a micro e pequena empresa", em que o senador defende projeto de sua autoria (PLS 376/08) que cria o fundo de financiamento para micro, pequenas e médias empresas.



Paulo Paim afirma que projeto reproduz mecanismos do ProUni